

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – E.M. Nº 03 /16/SEFA (*)
Belém (PA), 16 de setembro de 2016
Excelentíssimo Senhor Governador de Estado,
1. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definida por ato próprio de

cada Poder ou órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: despesa com pessoal, dívida consolidada, garantias e contragarantias de valores, operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativo referente a disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.

3. As demonstrações que compõem o mencionado documento são

consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nas contidas, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

4. Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao quadrimestre janeiro a agosto de 2016.

Respeitosamente,

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA
Secretário de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/15	Out/15	Nov/15	Dez/15	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	(a)													(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	838.570	774.990	729.404	1.499.150	816.060	769.383	755.273	761.682	751.182	788.944	771.545	744.545	10.000.729	
Pessoal Ativo	614.685	507.982	527.833	1.070.127	582.784	543.897	529.755	535.241	524.928	562.459	544.260	518.672	7.062.622	
Pessoal Inativo e Pensionistas	223.782	266.845	201.449	428.876	233.203	225.349	225.397	226.298	226.128	226.335	227.160	225.758	2.936.581	
Outras Desp.de Pess decorr de Contr de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	103	162	123	147	74	137	120	143	126	151	124	115	1.526	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS COM IR (§ 1º do art. 19 da LRF) (II-A)	113.383	272.736	153.199	517.631	222.168	226.469	240.560	244.941	188.861	197.343	252.576	212.353	2.842.220	
Imposto de Renda (Resolução nº 16.769-TCE)	73.053	80.597	54.348	130.133	64.967	62.777	63.344	63.658	62.239	62.508	63.577	61.763	842.966	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	40.330	192.140	98.850	387.498	157.201	163.692	177.216	181.284	126.622	134.835	188.999	150.590	1.999.254	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	17	1	2	()			30	14	21	6	5		96	
Decorrentes de Decisão Judicial	2.138	347	985	98.273		943	965	585	1.968	1.699	1.336	4.436	113.676	
Despesas de Exercícios Anteriores	734	260	251	44.655	13.737	3.597	2.324	975	432	3.746	4.614	2.985	78.310	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.440	191.532	97.613	244.570	143.464	159.151	173.896	179.710	124.201	129.384	183.044	143.169	1.807.173	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	798.241	582.850	630.554	1.111.652	658.859	605.692	578.057	580.398	624.560	654.109	582.546	593.956	8.001.474	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.715.531	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.001.474	45,17
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (Va) = (III a + III b)-(COM DEDUÇÃO DE IR)	7.158.509	40,41
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.609.748	48,60
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.179.261	46,17
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	7.748.773	43,74

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data da Emissão 12/Setembro/2016 e hora de emissão 09h e 32m

Hélio Santos de Oliveira Goes
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

Roberto Paulo Amoras
Auditor Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ Milhares

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.777.692	3.634.592	3.362.058	
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	3.777.692	3.634.592	3.362.058	
Interna	2.969.313	2.961.213	2.766.352	
Externa	808.380	673.379	595.706	